

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Data-base 01/10/2008

"EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS"

PARTES:

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS OU MISTOS DE LIMEIRA, inscrito no CNPJ sob nº 06.137.522/0001-16, aqui representado por seu Presidente, MATEUS CALEFI, infra-assinado, inscrito no CPF/MF sob nº 044.258.888-71;

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.898/0001-73, aqui representado por seu Presidente, JOÃO BATISTA CRESTANA, infra-assinado, inscrito no CPF/MF sob nº 670.109.118-00.

As entidades sindicais, acima indicadas, celebram a presente Convenção Coletiva de Trabalho, aplicável a todos os empregados de condomínios e edifícios, nas respectivas bases territoriais, Convenção essa que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1 – REAJUSTE SALARIAL:

Os salários dos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, com data-base em 1º (primeiro) de outubro, terão um reajuste de **9,0%** (nove por cento), calculado sobre os salários de 1º de outubro de 2007, com vigência a partir de 1º de outubro de 2008.

Parágrafo Primeiro - Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial e término de aprendizagem.

Parágrafo Segundo - Os salários dos empregados admitidos após 1º de outubro de 2007 serão reajustados proporcionalmente ao número de meses trabalhados, de acordo com os seguintes critérios:

Data de Admissão	Multiplicador Direto
antes de 15/10/2007	1,090000
16/10/2007 a 15/11/2007	1,082200
16/11/2007 a 15/12/2007	1,074456
16/12/2007 a 15/01/2008	1,066768
16/01/2008 a 15/02/2008	1,059134
16/02/2008 a 15/03/2008	1,051555
16/03/2008 a 15/04/2008	1,044031
16/04/2008 a 15/05/2008	1,036560
16/05/2008 a 15/06/2008	1,029142
16/06/2008 a 15/07/2008	1,021778
16/07/2008 a 15/08/2008	1,014467
16/08/2008 a 15/09/2008	1,007207
após 16/09/2008	1,000000

2 – PISOS SALARIAIS:

Ficam estabelecidos, para a categoria profissional, os seguintes pisos salariais:

- a) Zeladores R\$ **706,88**
correspondendo ao valor horário de **R\$ 3,22**
- b) Porteiros ou Vigias, Garagistas e Manobristas R\$ **676,56**
correspondendo ao valor horário de **R\$ 3,07**
- c) Cabineiros ou Ascensoristas R\$ **676,56**
correspondendo ao valor horário de **R\$ 3,76**
- d) Faxineiros e demais empregados R\$ **646,26**
correspondendo ao valor horário de **R\$ 2,94**

3 – SALÁRIO ADMISSÃO

Admitido o empregado para a função de outro, será garantido ao mesmo, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem serem consideradas as vantagens pessoais, m nos termos do artigo 461, do decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

4 - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Os empregadores pagarão, antecipadamente, 50% (cinquenta por cento) do 13º salário quando do gozo das férias do empregado, desde que solicitado pelo mesmo e por escrito, no mês de janeiro de cada ano.

ADICIONAIS SALARIAIS

5 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ANUÊNIO.

Será aplicado a título de anuênio o percentual de 1% (um por cento) a ser calculado sobre o salário nominal do trabalhador, ficando limitado esta aplicação ao índice de 8% (oito por cento).

Parágrafo Primeiro: Referida gratificação tem natureza salarial.

Parágrafo Segundo: A concessão de cada anuênio é cumulativa e não progressiva.

Parágrafo Terceiro: Fica assegurada a todos os empregados a continuidade do recebimento dos biênios conquistados até 30/09/2004, com base nas Convenções Coletivas de trabalho anteriores, e também para aqueles que completaram o período de aquisição até a referida data, e após a mesma usá-se a regra do caput desta cláusula.

6 - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) incidentes sobre a hora-normal trabalhada.

7 - TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS (FOLGAS TRABALHADAS)

É devida a remuneração em dobro do trabalho em domingos não compensados com folga ou de feriados trabalhados.

8 - ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno terá acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal, considerando-se trabalho noturno aquele executado entre as 22h00 de um dia e as 05h00 do dia seguinte, sendo que a hora de trabalho nesse período é de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

9 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Os trabalhadores cujas atividades são desenvolvidas em condições de insalubridade, farão jus ao percentual do respectivo adicional nos termos da lei.

10 - ADICIONAL POR ACÚMULO DE CARGO

Desde que autorizado pelo empregador, o trabalhador que vier a exercer cumulativa e habitualmente outra função fará jus ao percentual de adicional correspondente a 20% (vinte por cento) do respectivo salário contratual, no mínimo.

Parágrafo Primeiro: O pagamento do adicional aqui previsto cessará no momento em que o trabalhador deixar de exercer a função que estiver acumulando.

Parágrafo Segundo: Não é devido adicional de acúmulo de cargo quando o trabalhador realizar outros trabalhos totalmente compatíveis com o seu cargo, dentro da hipótese do "jus variandi".

11 - DOS PRÊMIOS

Os prêmios de qualquer natureza, desde que pagos habitualmente, contratados ou instituídos na vigência do contrato de trabalho, deverão ser anotados na carteira de Trabalho e Previdência Social ou constar do respectivo comprovante de pagamento de salário.

12 - SALÁRIO FAMÍLIA

Os empregadores pagarão aos seus trabalhadores salários família em conformidade com a legislação vigente.

13 - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

O empregador fica obrigado, enquanto perdurar a substituição, a pagar ao trabalhador substituto o mesmo salário pago ao substituído.

14 - SALÁRIO HABITAÇÃO

Para os trabalhadores que residem no local de trabalho será deferido salário habitação em percentual correspondente a 33% (trinta e três por cento) de seu salário nominal.

Parágrafo Primeiro: Nas folhas de pagamento e nos respectivos recibos, deverão constar, com destaque, as parcelas fixas do salário habitação, tanto na coluna de verbas a pagar como na coluna de verbas a descontar, na mesma proporção.

Parágrafo Segundo: O desconto previsto no parágrafo anterior não será efetuado quando do pagamento de férias indenizadas, 13º salário e no aviso prévio indenizado, sendo que no caso dessa última verba (aviso prévio indenizado) o trabalhador, não fará jus ao acréscimo se não desocupar o imóvel.

Parágrafo Terceiro: O salário, mais o salário habitação servirão de base para o recolhimento das verbas previdenciárias, fundiárias, PIS e Imposto de Renda.

15 - ADIANTAMENTO SALARIAL

Fica assegurado aos trabalhadores o direito de obterem no 15º (décimo quinto) dia subsequente à data de pagamento da remuneração, adiantamento salarial equivalente a 40% (quarenta por cento) do seu salário.

16 - PAGAMENTO DE SALÁRIO E 13º SALÁRIO

Os empregadores efetuarão o pagamento dos salários e do 13º salário de seus trabalhadores, nos prazos estabelecidos em lei.

17 - MORA SALARIAL

O empregador fica obrigado a pagar aos trabalhadores a remuneração mensal até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo único: A inobservância do prazo previsto na presente cláusula acarretará ao empregador multa, a favor do trabalhador, correspondente a 1/30 (um trinta avos) da remuneração devida, por dia de atraso, salvo motivo de força maior.

18 - VALE TRANSPORTE

O vale transporte a que têm direito o trabalhador deverá ser pago pelas empresas, na forma da lei.

19 - RECIBO DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão, obrigatoriamente, aos trabalhadores os comprovantes de pagamento com a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontos efetuados, bem como valores relativos aos recolhimentos fundiários.

Parágrafo único: Os empregadores que se utilizarem, para pagamento dos salários, do sistema "cheque salário", deverão possibilitar aos trabalhadores o seu recebimento dentro do horário bancário e sem prejuízo dos intervalos destinados à refeição e repouso.

DAS GARANTIAS DE EMPREGO

20 - ESTABILIDADE GESTANTE

A garantia assegurada à gestante pela Constituição Federal no artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será prorrogada por 30 (trinta) dias, exceto nos casos de acordo para rescisão contratual e de contrato por prazo determinado.

21 - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Os trabalhadores que, comprovada mente, estiverem no máximo a 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria e que contarem com mais de 03 (três) anos de serviço ac mesmo empregador, terão garantia de emprego durante esses 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro: Ficam ressalvadas as hipóteses de rescisão por acordo, de dispensa por justa causa e de pedido de demissão.

Parágrafo Segundo: Adquirido o direito à aposentadoria, extingue-se a garantia objeto da presente cláusula.

22 - ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE MILITAR

Ao menor, em idade de prestação de serviço militar, é garantida a estabilidade provisória no emprego desde a incorporação até 30 (trinta) dias após a baixa da unidade em que serviu.

23 - ESTABILIDADE DO EMPREGADO ACIDENTADO

Ao trabalhador que venha a sofrer acidente do trabalho e garantida, na forma da legislação em vigor, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção da relação de emprego após seu retomo ao trabalho, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

24 - ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM AUXÍLIO-DOENÇA

O trabalhador com mais de 01 (um) ano de serviço terá garantido sua permanência no emprego por 30 (trinta) dias após a alta médica previdenciária. Referido benefício será concedido somente 01 (uma) vez em cada 06 (seis) meses.

25 - GARANTIA SINDICAL

Obrigam-se os empregadores a reconhecer todas as garantias e prerrogativas dos dirigentes sindicais ao trabalhador eleito para a função de delegado sindical, desde que tais condições sejam efetivadas em eleição, por assembléia geral da categoria profissional.

BENEFÍCIOS

26 - CESTA BÁSICA

Os empregadores concederão a seus trabalhadores, mensalmente, até o 5^o (quinto) dia útil, uma cesta de alimentos no valor de **R\$ 89,93** (*oitenta e nove reais e noventa e três centavos*).

Parágrafo Primeiro: É facultado ao empregador cumprir a obrigação estabelecida na presente cláusula mediante uma das seguintes alternativas:

- a) - entrega de vale cesta ou cartão alimentação, ou,
- b) - Fornecimento de cesta contendo os seguintes itens:

15Kg de Arroz tipo 1
02 Kg de Feijão cariouinha tipo1
05 Kg de Açúcar refinado
03 Latas de Óleo de soja
01 Kg de Sal Refinado
02 Pct. Café em pó 500 grs.
02 Pct. Macarrão Spaghetti vitaminado 500 grs.
02 Pct. Farinha de Trigo 1kg.
01 Pct. Fubá Mimoso 500grs.
02 Pct. Biscoito 500 grs.
02 Lata Extrato de Tomate 350 grs.
02 Latas de Sardinha 135 grs.
01 Lata de Salsicha 200 grs.
01 Tempero completo 300 grs.
01 Lata Ervilha 200 grs.
01 Lata Milho Verde 200 grs.
01 Vidro Maionese 250 grs.
02 Detergentes de cozinha 500ml.
05 Barras de sabão em pedra

Parágrafo Segundo: A concessão objeto da presente cláusula tem por base orientação jurisprudencial do TRT da 2^a Região-SP, no sentido de que a cesta básica não tem natureza salarial, cuidando-se, pois, de cláusula social.

Parágrafo Terceiro: Ficam respeitadas as condições mais benéficas ao empregado.

Parágrafo Quarto: Fica assegurado a todos os trabalhadores o recebimento da cesta básica no período de afastamento médico por motivo de doença acidente de trabalho limitado ao período de 06 (seis) meses, bem como no período de férias e auxílio maternidade.

27- EMPREGADO ESTUDANTE

O trabalhador estudante, nos dias de exames escolares, será obrigatoriamente liberado, pelo menos 2 (duas) horas antes do término do horário de trabalho, sem qualquer desconto em seu salário. A data e o horário dos exames deverão ser previamente comunicados ao empregador, sendo posteriormente confirmados através de atestado fornecido pelo estabelecimento de ensino.

28 - LICENÇA PATERNIDADE

Os empregadores concederão aos seus trabalhadores licença paternidade de 5 (cinco) dias úteis sem prejuízo da remuneração, conforme garantido pela Constituição Federal.

29 - LICENÇA DO DIRIGENTE SINDICAL

Os empregadores concederão licença remunerada aos trabalhadores dirigentes sindicais eleitos, quando no exercício de seus mandatos, para que participem de reuniões, conferências, simpósios e outros eventos de interesse da entidade sindical, quando comunicados com a antecedência mínima de 3 (três) dias das datas de realização dos mesmos, sendo que tal licença não poderá ser superior a 05 (cinco) dias por ano.

Parágrafo único: Excedendo a licença a 05 (cinco) dias por ano, o excesso será considerado como licença não remunerada, na forma do artigo 543, parágrafo segundo, da Consolidação das Leis do Trabalho.

AUXÍLIOS

30 - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO - DOENÇA.

Trabalhador com 02 (dois) anos ou mais de serviço prestado ao mesmo empregador, se em gozo de auxílio doença e desde que não tenha sido punido com suspensão nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, terá o valor do seu salário benefício complementado pelo empregador enquanto durar a suspensão do contrato de trabalho, inclusive quanto ao 13º salário, de maneira a garantir a efetiva percepção da importância correspondente à média das últimas 12 (doze) remunerações imediatamente anteriores ao início do seu afastamento do trabalho.

Parágrafo Único: O benefício previsto nesta cláusula só será devido até o máximo de 06 (seis) meses em cada triênio.

31 - AUXÍLIO INVALIDEZ

Os trabalhadores que passarem a receber aposentadoria por invalidez terão direito a uma indenização correspondente a 1 (um) salário nominal, pago uma única vez, no momento em que o INSS declarar definitiva essa aposentadoria.

32 - AUXÍLIO FUNERAL

Será concedido auxílio-funeral por parte dos empregadores, no valor de 02 (dois) pisos salariais da categoria, pago aos dependentes designados perante a previdência social, no caso de falecimento do trabalhador com mais de 12 (doze) meses no emprego.

Parágrafo Único: Para os dependentes do trabalhador que residam no imóvel, o pagamento do auxílio referido na presente cláusula será feito da seguinte forma:

- a) o valor correspondente a um piso salarial, na data do óbito;
- b) outro piso na data da desocupação do imóvel.

INDENIZAÇÃO

33 - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA

Ao trabalhador que se aposentar e contar com 36 (trinta e seis) meses de serviço contínuo ao mesmo empregador, quando de seu desligamento do condomínio, será paga uma indenização adicional, equivalente ao valor de sua última remuneração.

Parágrafo Único: O recebimento da indenização prevista nesta cláusula não se acumula com o recebimento do auxílio invalidez.

34 - INDENIZAÇÃO POR MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE

No caso de morte do trabalhador, natural ou acidental, e no caso de sua invalidez permanente causada por acidente, fica o empregador obrigado ao pagamento de uma indenização correspondente ao valor de 12 (doze) salários nominais, tomado este a data do óbito.

Parágrafo Primeiro: A indenização de que trata a presente cláusula poderá ser garantida através de seguro de vida e acidentes pessoais.

Parágrafo Segundo: O pagamento da indenização, quando não garantida através de seguro de vida e acidentes pessoais, deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for apresentado o documento hábil para o pagamento (certidão de dependentes ou alvará judicial) ou da data em que for atestada a invalidez permanente pelo órgão oficial.

AUSÊNCIAS AO TRABALHO

35 - FALTAS JUSTIFICADAS

Além das hipóteses previstas em lei, o trabalhador poderá deixar ainda de comparecer ao trabalho, sem prejuízo do salário, nas seguintes condições:

- a) Por 02 (dois) dias útil consecutivo nos casos de falecimento de cônjuge ou companheira reconhecida, filhos, pai e mãe.
- b) Por 03 (três) dias úteis consecutivos em virtude de casamento.

c) Serão abonadas as faltas ou horas não trabalhadas do (a) trabalhador (a) que necessitar assistir seus filhos menores de 14 (anos) em médicos, desde que o fato resulte devidamente comprovado, posteriormente, através de atestado médico e no máximo 3 (três) vezes em cada 12 (doze) meses.

DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

36 - RESCISÃO INDIRETA

Ocorrendo o descumprimento comprovado de quaisquer das cláusulas estabelecidas na presente Convenção, fica facultado ao trabalhador rescindir o contrato de trabalho nos termos do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho.

37 - DISPENSA POR FALTA GRAVE

O empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato por escrito e contra recibo, sendo-lhe esclarecidos os motivos da dispensa, sob pena de presumir-se imotivada.

Parágrafo único: Na recusa do trabalhador em receber a comunicação, obriga-se o empregador a fazer com que a mesma seja firmada por duas testemunhas

38 - AVISO PRÉVIO

Mediante acerto entre empregado e empregador, a redução da jornada de trabalho de que trata o artigo 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ser fixada no início ou no fim da jornada diária de trabalho.

Parágrafo Primeiro: O trabalhador ficará dispensado do cumprimento do aviso prévio concedido, na hipótese de novo emprego, antes do seu término, sem quaisquer ônus para o mesmo, desde que, quando residente no local de trabalho, venha a desocupar o imóvel que lhe foi cedido para moradia em razão do contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo: Aos trabalhadores que contem mais, de 36 (trinta e seis) meses de serviços contínuos prestados ao mesmo empregador, e que tenham, concomitantemente, mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, fica assegurado um aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias.

39 - PRAZO PARA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL

Para os trabalhadores residentes no emprego fica assegurado um prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do contrato de trabalho, se o aviso prévio não for trabalhado e de 60 (sessenta) dias, contados do início do aviso prévio, se o mesmo for trabalhado, para que o imóvel seja desocupado.

Parágrafo Primeiro: Nos casos de dispensa por justa causa a desocupação do imóvel deverá ser imediata.

Parágrafo Segundo: É concedida uma tolerância máxima de 10 (dez) dias para a desocupação do imóvel. Transcorrido esse prazo o trabalhador residente fica sujeito a uma multa diária de 5% (cinco por cento) de seus vencimentos até a entrega efetiva das chaves do imóvel, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis na espécie.

Parágrafo Terceiro: Aos dependentes do trabalhador falecido, como tais considerados a viúva ou a companheira e/ou filhos que com ele estejam coabitando no local de trabalho, será assegurado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do óbito, para a desocupação do imóvel cedido pelo empregador para sua residência.

40 - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

A homologação e quitação das verbas rescisórias será efetuada, dentro do prazo previsto em Lei, junto à Entidade Sindical profissional ou nos Órgãos do Ministério do Trabalho.

Parágrafo Primeiro - As homologações das rescisões dos contratos de trabalho só poderão ser feitas mediante a exibição da última guia de recolhimento das contribuições sindicais.

Parágrafo Segundo - O saldo de salário referente ao período anterior ao aviso prévio deverá ser pago, pelo empregador, por ocasião do pagamento geral dos demais funcionários, exceto se a homologação da rescisão ocorrer antes do mencionado pagamento.

OUTRAS CONDIÇÕES

41 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA NA READMISSÃO

Todo trabalhador que for readmitido até 6 (seis) meses após sua demissão, estará desobrigado de firmar contrato de experiência.

42 - FÉRIAS

O período de férias não poderá ter início em dias de folga ou feriados.

43 - CABINEIROS

Os empregadores concederão aos cabineiros intervalo de 20 (vinte) minutos durante a jornada de trabalho para descanso e lanche.

44 - EXAMES MÉDICOS

Os empregadores custearão os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais de seus trabalhadores, nos termos da legislação vigente.

45 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos emitidos por profissionais vinculados às Entidades Sindicais, serão obrigatoriamente reconhecidos pelos empregadores.

46 - UNIFORME

Os empregadores fornecerão aos trabalhadores, gratuitamente, os uniformes considerados de uso obrigatório, incluindo luvas, botas, aventais, guarda-pós ou outras peças de indumentária necessárias ao atendimento da focalizada exigência, cuja restituição deverá ocorrer, no estado de uso em que se encontrem, ao ensejo da extinção do contrato de trabalho. Na hipótese da não devolução dos uniformes, o trabalhador

sujeita-se a indenizar o empregador pelo valor correspondente e comprovado por nota fiscal de aquisição, mediante desconto da respectiva verba rescisória.

47 - QUADRO DE AVISOS

Publicações, avisos, cópias de convenções ou acordos coletivos, serão afixados, de preferência, nos quadros de avisos dos próprios empregadores, objetivando manter informados seus funcionários.

48 - CRECHES

Os empregadores se obrigam a fornecer creches às suas trabalhadoras, consoante o disposto do parágrafo 1º do artigo 389 da Consolidação das Leis do trabalho ou na forma estabelecida pela Portaria Ministerial nº 3.296/86.

49 - CARTEIRA DE TRABALHO E COMPROVANTE DE RETENÇÃO

Os empregadores fornecerão comprovante da retenção da carteira de trabalho para as devidas anotações, particularmente a função exercida pelo trabalhador.

50 - ANOTAÇÕES DE FREQUÊNCIA

A frequência dos trabalhadores deverá ser anotada em livro, ou cartão de ponto, que ao final do mês será conferido e, assinado pelo trabalhador e pelo sindicato ou responsável.

51 - DEFICIENTES FÍSICOS

Os empregadores se comprometem a possibilitar a admissão de trabalhadores "deficientes físicos".

52 - DIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Fica mantido o dia 11 de fevereiro de cada ano como sendo o "DIA DO TRABALHADOR EM EDIFÍCIOS". Referido dia será considerado como data-símbolo da categoria profissional.

53 - ESTATUTO NORMATIVO DOS TRABALHADORES

Os empregadores e os trabalhadores obrigam-se a adotar, respeitar e cumprir no âmbito de suas atividades precípuas, as disposições contidas no Estatuto Normativo dos Trabalhadores de Edifícios, o qual é parte integrante da presente Convenção (Anexo 1).

54 - ESCALAS DE REVEZAMENTO

Para os fins do artigo 59 § 2º e 413 da CLT, os trabalhadores poderão ser submetidos as seguintes Escalas de Revezamento:

A - 12 x 36-12 horas de serviço por 36 horas de descanso -

B - 5 x 1 - 1 folga a cada 5 dias de trabalho.

C - 4 x 2- 2 folgas a cada 4 dias de trabalho.

D - 6 x 1 - 1 folga a cada 6 dias de trabalho.

E - 6 x 2- 2 folgas a cada 6 dias de trabalho.

F - 6 x 18- 5 dias consecutivos de 06 horas trabalhadas, com 15 (quinze), minutos de intervalo.

1 dia de 12 horas trabalhadas, com 1 hora para refeição.

Parágrafo Primeiro: O Condomínio enviará ofício ao Sindicato Profissional comunicando o interesse de implantar ou mudar a escala e especificando as

jornadas, e solicitando Assembléia de aprovação e o mesmo terá o prazo de 30 dias para realiza-la e caso não a convoque ficará automaticamente autorizada.

Parágrafo Segundo: Os turnos acima não implicarão em horas extras excedentes a oitava e nem a 44 semanais, pois serão considerados compensados dentro do limite de 220 horas mensais.

Parágrafo Terceiro: Nas jornadas acima mencionadas deverão ser observadas as concessões de intervalo destinadas a repouso e alimentação consoante o artigo 71 da CLT.

Parágrafo Quarto: Nas escalas em revezamento ininterrupto fica autorizado trabalho diário de oito horas nos termos do artigo 7º, inciso XIV, da Constituição Federal.

55 - HORÁRIO DE INTERVALO DESTINADO A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ficam os empregadores obrigados a concederem a todos os seus trabalhadores um intervalo -destinado a repouso e alimentação de no mínimo uma hora diária, nos termos ao artigo 71 da CLT.

Parágrafo Primeiro: Qualquer alteração na concessão do referido intervalo, só será lícita mediante autorização do Sindicato Profissional da categoria, através de celebração de Acordo Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Segundo: Em se tratando de Revezamento na Portaria para o horário de refeição, o adicional será de 20% sobre o Salário Hora efetivamente Trabalhado do substituído.

Parágrafo Terceiro: Referido adicional será calculado com base nas horas efetivamente trabalhadas pelo trabalhador em acúmulo de função.

56 - DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nos termos da orientação do Enunciado nº. 331 do Tribunal Superior do Trabalho é ilegal a contratação pelos Condomínios e Edifícios de trabalhadores através de Empresas de prestação de serviços no fornecimento de mão de obra (terceirização) para atuarem na sua ATIVIDADE FIM.

Parágrafo Primeiro: Para efeito do disposto no parágrafo anterior considera-se inserido na ATIVIDADE FIM dos Condomínios e Edifícios as seguintes funções e atividades: Zelador, Vigia, Porteiro, Jardineiro, Faxineiro, Ascensorista, Garagista, Manobrista e Foguista.

Parágrafo Segundo: No caso dos Condomínios e Edifícios que persistirem com a ilegalidade supra mencionada, assumiram os mesmos a responsabilidade direta pelo registro na CTPS e todos os encargos trabalhistas e previdenciários desses trabalhadores, na qualidade de real empregador, arcando ainda com a multa mensal de 10% (dez por cento) por empregado, sobre o piso salarial, enquanto perdurar a legalidade limitado, unitado na forma do art. 920 do C. Civil.

Parágrafo Terceiro: Os Condomínios e Edifícios somente poderão contratar Empresas Prestadoras de Serviços para a sua ATIVIDADE MEIO, ou seja, em outras funções das mencionadas no parágrafo anterior, ficando neste caso os Condomínios e Edifícios como responsável subsidiário das obrigações.

CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELAS CATEGORIAS

57 - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS:

A presente cláusula é inserida na Convenção Coletiva de Trabalho, em conformidade com as deliberações da entidade representativa da categoria profissional, sendo de sua responsabilidade o conteúdo da mesma.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Na conformidade do deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária da categoria, realizada às 16h30, do dia 15 de agosto de 2008, na Rua Dr. Trajano de B. Camargo nº 740 – sala 09 - Centro, na cidade de Limeira (SP), e de acordo com o Art. 513 da CLT que estabelece que são prerrogativas dos sindicatos em sua letra “e” impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou de profissões liberais representadas, fica estabelecida a Contribuição Assistencial Negocial de 5% (cinco por cento) a ser descontada no mês de outubro/2008, sendo que o recolhimento deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao desconto, bem como 2% (dois por cento) a ser descontada em todos os demais meses, inclusive no 13º salário, sendo que o recolhimento deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto. Estas contribuições atingem a todos trabalhadores de Condomínios e Edifícios Residenciais, Comerciais ou Mistos no município de Limeira/SP, quer seja associado ou não, conforme a Ementa que segue: Contribuição Assistencial – A turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição “RE 189.960-SP. Rel. Min. Marco Aurélio 7.11.2000 – Informativo STF nº 210”.

Parágrafo Primeiro – O não recolhimento da contribuição acarretará para o empregador multa de 10% (dez por cento) sobre o montante devido e não recolhido juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária na forma da lei.

Parágrafo Segundo - Aos empregados é assegurado o direito de oposição quanto aos descontos, desde que os mesmos tenham apresentado por escrito, de próprio punho e individualmente, junto ao Sindicato Profissional, nos 10 (dez) dias da data da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

58 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Ficam os empregadores obrigados a recolher ao **SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO**, na forma deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 de agosto de 2008, uma contribuição assistencial, em 2 (duas) parcelas, a saber:

a) 1/30 (um trinta avos) do total da folha de pagamento de outubro de 2008, inclusive dos funcionários em férias durante esse mês, ou em parte do referido mês, para recolhimento, em favor do SECOVI-SP, até o dia 10 de novembro de 2008;

b) 1/30 (um trinta avos) do total da folha de pagamento de abril de 2009, inclusive dos funcionários em férias durante esse mês, ou em parte do referido mês, para recolhimento, em favor do SECOVI-SP, até 07 de maio de 2009.

Parágrafo Primeiro - As guias para o recolhimento da contribuição, referida na presente cláusula, serão remetidas pelo SECOVI-SP aos empregadores, podendo, também, ser retiradas na sede do Sindicato, em São Paulo, na Rua Dr. Bacelar, 1043 – 5º andar.

Parágrafo Segundo - O não recolhimento da contribuição referida na presente cláusula acarretará, para o empregador, além dos juros de mora, uma multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o montante devido e não recolhido.

59 - SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

Quaisquer divergências originadas da presente Convenção Coletiva, inclusive quanto ao cumprimento de suas cláusulas, serão solucionadas perante a Justiça competente.

60 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

No caso de ajuizamento de ação de cumprimento das disposições contidas na presente, a parte perdedora arcará com as penalidades previstas nesta convenção e na legislação aplicável à espécie.

61 - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do estabelecido na presente, fundar-se-á nas normas estabelecidas no artigo 615 da consolidação das Leis do Trabalho.

62 – PENALIDADES

Fica estipulada a multa pecuniária, por empregado, de 01 (um) piso salarial da categoria, em caso de descumprimento, pelo empregador, de quaisquer das cláusulas estabelecidas na presente, multa essa que reverterá em benefício do empregado, à exceção das cláusulas com penalidade específicas ou decorrentes de lei.



Desde 1946

Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e
Administração de Imóveis Residenciais e
Comerciais de São Paulo

Rua Dr. Bacelar, 1043 – São Paulo – SP – 04026-002
Tel. (11) 5591-1300 / Fax. (11) 5591-1301
www.secovi.com.br / secovi@secovi.com.br

63 - ALTERAÇÃO DE CARGO

As entidades sindicais aqui representadas se comprometem o mais breve possível a viabilizar a mudança da denominação da função de vigia noturno para a de porteiro noturno tendo em vista o entendimento de outras entidades representativas dos vigilantes.

64 - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange a categoria Profissional de "Empregados de Condomínios e Edifícios Residenciais, Comerciais e Mistos: zeladores, porteiros, vigias, cabineiros, faxineiros, serventes e outros" na base territorial no Município de LIMEIRA.

65 - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva terá vigência de 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009.

São Paulo, 06 de outubro de 2008.

Mateus Calefi

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS OU MISTOS DE LIMEIRA

Valdir Aparecido Cataldi

OAB/SP 93.799

João Batista Crestana

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO

Ricardo Nacim Saad

OAB/SP 12.742

ANEXO 1

ESTATUTO NORMATIVO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS: ZELADORES, PORTEIROS, FOLGUISTA, OU VIGIAS, CABINEIROS OU ASCENSORISTAS, FAXINEIROS, SERVENTES E OUTROS.

Artigo 1º. - São considerados empregados de condomínios e edifícios, para efeitos deste estatuto, todas as pessoas físicas que foram ou vierem a ser admitidas pelo Síndico do respectivo Condomínio ou proprietário ou cabeçal do imóvel, ou por quem os represente, para prestar serviços de natureza não eventual nas áreas de uso comum dos condomínios ou inquilinos, em regime de subordinação jurídica e dependência econômica.

Artigo 2º. - O horário de trabalho dos trabalhadores em edifícios, ressalvado as exceções legais, não poderá ultrapassar o limite previsto na Constituição Federal.

Artigo 3º. - Para efeitos deste estatuto, os edifícios dividem-se em 03 (três) categorias:

- a) Residenciais;
- b) Comerciais;
- c) Mistos (os que reúnem as duas destinações anteriores).

Artigo 4º. - Para efeito de especificação das obrigações e direitos, consideram-se trabalhadores de edifícios:

- a) Zeladores;
- b) Porteiros, Folguista, ou Vigias (diurnos e noturnos);
- c) Cabineiros ou Ascensoristas;
- d) Manobristas;
- e) Faxineiros;
- f) Serviços ou auxiliares;
- g) Pessoal da Jardinagem, pessoal do Escritório ou da Administração própria do condomínio, e os exercentes de outras atribuições não eventuais.

Parágrafo Primeiro - Zelador é o trabalhador a quem compete, salvo disposição em contrário no contrato individual de trabalho, as seguintes tarefas:

- a) Ter contato direto com a administração do edifício e agir como preposto do síndico ou da administradora credenciada;
- b) Transmitir as ordens emanadas dos seus superiores hierárquicos e fiscalizar o seu cumprimento;
- c) Fiscalizar as áreas de uso comum dos condomínios ou inquilinos, verificar o funcionamento das instalações elétricas e hidráulicas do edifício, assim como os aparelhos de uso comum, fazer pequenas obras e consertos, e zelar pelo sossego e pela observância da disciplina no edifício, de acordo com o seu regimento interno ou com as afixadas na portaria e nos corredores.

Parágrafo Segundo - Porteiro, Folguista, ou Vigia (diurno e noturno) é o empregado que executa os serviços de portaria, tais como:

- a) Receber e distribuir a correspondência destinada aos condomínios ou inquilinos;
- b) Transmitir e cumprir as ordens do zelador;
- c) Fiscalizar a entrada e saída de pessoas;
- d) Zelar pela ordem e respeito entre os usuários e ocupantes de unidades autônomas;
- e) Dar conhecimento ao zelador de todas as reclamações que ocorreram durante a sua jornada.

Parágrafo Terceiro - Cabineiro ou Ascensorista é o empregado que conduz o elevador, zela pelo seu bom funcionamento e cuida da limpeza interna da cabina, transmite ao zelador qualquer defeito que possa notar no desempenho mecânico ou eletrônico do equipamento, bem como qualquer irregularidade que possa alterar o bom funcionamento do mesmo.

Parágrafo Quarto - Manobrista é o empregado que devidamente habilitado executa os serviços de movimentação de veículos nas áreas de uso comum dos condôminos ou inquilinos, bem como dos respectivos fregueses ou clientes, especialmente nas garagens, corredores de acesso e demais áreas disponíveis, inclusive zelando pela boa ordem.

Parágrafo Quinto - Faxineiro é o empregado que executa todos os serviços de limpeza e conservação das áreas de uso comum dos condôminos ou inquilinos.

Parágrafo Sexto - Serventes ou Auxiliares são os empregados que ajudam os demais empregados do edifício, substituindo-os por ordem de seus superiores hierárquicos nos casos de ausências e eventuais, férias, refeições e outros impedimentos.

Parágrafo Sétimo - Pessoal de Jardinagem é o que cuida da conservação e reforma dos jardins e plantas existentes nas áreas de uso comum dos condôminos ou inquilinos.

Parágrafo Oitavo - Pessoal de escritório é o que trabalha mediante as atribuições que lhe são específicas concementemente à parte burocrática.

Artigo 5º - Este Estatuto terá validade pelo mesmo tempo de vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos da cláusula 65, da mesma.

São Paulo, 06 de outubro de 2008.

Mateus Calefi

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS OU MISTOS DE LIMEIRA

Valdir Aparecido Cataldi

OAB/SP 93.799

João Batista Crestana

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO

Ricardo Nacim Saad

OAB/SP 12.742